

Se relatório do FMI for desfavorável, País paga US\$ 500 milhões este ano

BRASÍLIA — O Governo brasileiro poderá ser obrigado a pagar US\$ 500 milhões (CZ\$ 12,2 bilhões) ao Clube de Paris, relativos ao refinanciamento da dívida do primeiro semestre com os países membros, se a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que desembarca esta semana em Brasília, não apresentar um relatório favorável sobre o desempenho da economia brasileira.

A exigência de pagamento dos débitos deste primeiro semestre está prevista no acordo selado entre o Governo brasileiro e o Clube de Paris, em janeiro deste ano. No acordo, o Governo comprometeu-se a devolver os US\$ 500 milhões em três parcelas iguais, a serem pagas no decorrer do segundo semestre deste ano, na eventualidade de um parecer desfavorável do FMI.

As negociações do início deste ano formalizaram também o refinanciamento das dívidas brasileiras relacionadas aos anos de 85 e 86, que não ficaram sujeitas a condições.

O acordo de janeiro com o Clube de Paris foi considerado pelo Governo brasileiro, na época, uma vitória da postura de rejeição ao monitoramento do FMI, com a exigência de

cumprimento de metas de programa econômico, como condição para a assinatura de acordo com os países membros do Clube. Na verdade, restou como condição para fazer valer o refinanciamento da dívida do primeiro semestre o aval de uma missão técnica do FMI sobre o acerto da condução da política econômica do País.

A missão do FMI que chega nesta semana, portanto, não cumprirá apenas a função protocolar de avaliar a situação da economia brasileira, no âmbito do Artigo nº 4 do Estatuto do Fundo, que não caracteriza uma tutela formal ao País. O seu relatório sobre a economia adquire, nas circunstâncias atuais, uma dimensão muito mais expressiva.

Até agora, não há previsão sobre as negociações com o Clube de Paris para o refinanciamento da dívida com os países que compõem a instituição a vencer no segundo semestre deste ano. São mais US\$ 500 milhões, que podem somar-se ao pagamento das parcelas relacionadas ao primeiro semestre.